



A institucionalização dos estudos feministas: Representação, reconhecimento e resistência¹

[10.29073/naus.v8i2.1022](https://doi.org/10.29073/naus.v8i2.1022)

Recebido: 13 de novembro de 2025.

Publicado: 15 de novembro de 2025.

Autor/a: Adriana Bebiano , Universidade de Coimbra, Portugal, adrianabebiano@gmail.com.

Creio que vou ter de fazer um aviso como aqueles que às vezes fazem no início de filme: “este filme tem cenas que podem perturbar pessoas”. Ou então “este podcast tem uma linguagem que pode incomodar”. Não venho muito na linha do esperar: venho mais na linha das perguntas duras. Também não é na linha do desesperar: não é “*apocalypse now*”. Mas trago perguntas que creio serem necessárias, neste momento de processo de institucionalização dos Estudos Sobre Mulheres, Feministas e de Género.

Em 1979, saía a público “The Wall”, um álbum da banda britânica Pink Floyd, que incluía a canção “Another Brick in the Wall”, cantada por um coro de jovens adolescentes: “*we don’t need no education, we don’t need no thought control. Teacher, leave them kids alone. Hey, teacher, leave them kids alone*”.

À altura, eu tinha dezenove anos. Imaginava-me rebelde contra o sistema e cantava com entusiasmo e inconsciência o refrão dos Pink Floyd. Até que um professor de Literatura Inglesa, no ano seguinte, veio colocar água fria no meu entusiasmo. Dizia ele, e é verdade: Por que cantava este refrão um coro constituído por um grupo de miúdos de uma classe muito desfavorecida do norte de Londres, cuja única hipótese de ascensão social era justamente a educação? Colocá-los a cantar uma canção que era contra os seus próprios interesses, era eticamente questionável. Pode questionar a educação (formal) quem já tem as vantagens de ter tido educação.

Por outro lado, Louis Althusser, no muito citado ensaio “Aparelhos Ideológicos de Estado”, de 1970, nomeia o sistema educativo como um desses aparelhos, reprodutores de sujeitos que acreditariam que o seu lugar na hierarquia social era natural, não estava sujeito a mudança.

Se esta análise é correta, e eu creio que sim, em larga medida, a pergunta que nos importa é: para que serve a educação? Mais propriamente, para que serve a educação universitária? Precisamos de Universidade? Focando agora na área que mais nos interessa, na área de Estudos feministas e de Género, há que perguntar se precisamos da sua institucionalização. Não estará a mudança social vinculada, antes do mais, às dinâmicas dos movimentos sociais? Por outro lado, e para esperar, podemos pensar o sistema educativo, no qual se inclui a Universidade, como um lugar de interpelação da hegemonia, portanto, como um lugar de resistência? Nós, que aqui estamos, neste debate, no contexto dos Estudos Feministas e de Género, habitamos um paradoxo: a instituição como simultaneamente um lugar de disciplinarização e um lugar de resistência. Sobre essa questão, como noutras, ser feminista depende do lugar e do momento histórico, tanto nas ruas como na academia.

Conhecemos o processo de institucionalização nas vantagens que nos trouxe e nos dilemas que nos criou. Recuando à Primavera de 2017, vivíamos um momento de otimismo. Quando digo “vivíamos”, falo da área de Estudos Feministas e de Estudos de Género em ambos os lados do Atlântico. Nas ruas, os movimentos feministas tinham ganho um novo fôlego com lutas e reivindicações de diversos teor, dependendo do lugar. No Brasil, só mais de um ano depois seria eleito o presidente que iria impor um *Backlash* antifeminista, tanto nas ruas como na academia.

¹ No âmbito do protocolo interinstitucional entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Federal da Bahia, ocorreu aula inaugural no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, género e feminismo (PPGNEIM-UFBA), ministrada para comunidade académica.



Em 2017, a nossa academia parecia tranquila, seguia o trabalho iniciado na década de 1980, muito em conexão com as demandas e em resposta às demandas dos movimentos. Em Florianópolis, as pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina, também pioneiras nesta área, em associação com as pesquisadoras da Universidade Estadual, tinham criado, em 2005 um Instituto de Estudos de Gênero. Aliás, também foi em Florianópolis que tinha, muito tempo antes, em 1994 começado o evento *Fazendo Gênero*, que tem vindo a crescer e a reforçar os laços dentro do Brasil e, a nível internacional, entre instituições e pessoas que trabalham nessa área. Na Universidade Federal da Bahia, que agora me convida para esta palestra, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo, criado em 1983, criou em 2006 o seu Programa de Pós-graduação.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Mestrado em Estudos Feministas é criado em 2007, e, em 2015, é criado um novo Programa de Doutoramento, em colaboração com o Centro de Estudos Sociais. Se lembro essa cronologia, é para sublinhar o caráter recente, em termos históricos, do processo de institucionalização; este caráter recente faz com que nossa posição seja ainda frágil. Podemos ter vindo a adquirir reconhecimento e consolidação em alguns aspectos, mas não deixamos de ter ainda alguma fragilidade no contexto da academia.

Por que comecei por referir a Primavera de 2017? Por ser justamente um momento de otimismo dos Estudos Feministas em Coimbra na sua relação com o Brasil. Entre 05 e 27 de abril desse ano realizámos uma série de eventos, uma colaboração entre o Doutoramento em Estudos Feministas e a Associação de Estudantes Brasileiros (sic) da Universidade de Coimbra. Intitulava-se “Em trânsito: ser feminista entre Portugal e o Brasil”. Ao longo desses dias desse mês de Abril, fizemos desde leituras de poemas a debates de diverso teor, houve instalações artísticas e comida, bebida e muita festa. O público foi sempre muito. Esse foi o último momento de festa entre nós, e, das festas, nós temos saudades.

Pensemos o que é a Universidade. Em si, em abstrato, é definida pela sua natureza progressista, protetora de valores humanos tidos como consensuais, um lugar de produção de conhecimento livre, de abertura e diversidade. Mas pensemos ainda: é a Universidade um espaço não contaminado pelos negócios? Pelo capital? Até que ponto serve Universidade a uma autorreprodução das elites? Ou até que ponto funciona como elevador social, necessitando ser, nesse caso, acessível a todos e todas?

Quando a Universidade é atacada, entendemos quase sempre que é por forças retrógradas, como aconteceu recentemente no Brasil, como está acontecer na Hungria, como está a acontecer em Michigan. Ora, pelo menos desde a década de 1980, nós, as Universidades, pelo menos as Universidades do Ocidente, mas não só, entrámos no modelo Universidade-empresa, direcionado para a produção, produção essa medida rigorosamente em números que são rigorosamente vigiados e que contribuem para os *rankings*. O lugar no *ranking* por seu lado, é necessário para atrair novos “clientes” — e eu uso essa palavra deliberadamente, “clientes”, que financiam as Universidades. No caso de Portugal, diferentemente do Brasil, mesmo as Universidades públicas como a de Coimbra, cobram propinas. A lógica do mercado encontra-se instalada e parece que está para durar.

O corpo docente e de investigação, é pressionado no sentido de contribuir para esses lugares no *ranking*, é pressionado para publicar mais, mesmo que sempre à roda da mesma coisa, e mesmo que ninguém leia. Tal como nas empresas, o que importa é produtividade medida em números. O capitalismo acadêmico pode parecer uma contradição, mas é um princípio de gestão das Universidades e centros de investigação que estão em competição feroz por um financiamento parco.

Assim, o conhecimento avaliado em números, não considera uma avaliação qualitativa. Essa concessão de Universidade à lógica do mercado tem efeitos perversos na autonomia e liberdade de investigação, que exigem tempo e sossego — e eu sublinho isto — para ler, pensar e só então escrever.

Agora a pergunta: até que ponto os Estudos Feministas, por natureza insurgentes, são cúmplices nesta lógica de mercado? Dito de outra forma: estará a insurgência reduzida a uma estratégia retórica? À repetição da palavra até que se esvazie de sentido, uma vez que não encontra tradução em práticas alternativas?



Uma frente de combate desde os primeiros feminismos, desde as primeiras vagas ou ondas dos feminismos, tem sido o acesso à educação, combate esse que permanece em várias geografias e contextos políticos.

Não sei muito do Brasil, mas tenho dados de 202, do Boletim Estatístico da Secretaria da Igualdade de Gênero do Governo de Portugal. Só vos quero dizer que em 2021, entre 54% e 56% dos/as estudantes que ingressam no ensino superior são mulheres, e a porcentagem das pessoas que terminam o doutoramento que são mulheres é 52,1%, e este número é recente. Portanto, a entrada na faculdade já virou, e já foi feminizada há vários anos.

Só em 2022 é que aconteceu a viragem na conclusão do doutoramento. Isto significa a feminização da educação. No entanto, quanto mais sobe na hierarquia, mais essa feminização se esbate. O mesmo não se passa com o corpo docente, ainda predominantemente masculino, e quanto mais se sobe na carreira académica, mais masculino é o corpo docente. As mulheres ocupam lugares mais baixos na carreira, e também ocupam, em maior número, os lugares precários.

Tenho uma longa lista de nomes de académicas e académicos, que aqui não vou mencionar, mas que são interessantes para pensarmos, a partir deles, até que ponto são relevantes, e a quem importam. São importantes para os Estudos Feministas? Se nós pensarmos os Estudos Feministas não exclusivamente como uma área na academia, mas como uma forma de estudar, de refletir a sociedade, que é socialmente relevante, para além da academia, que nomes importam? A academia continua fechada em si própria. Está fechada em si própria quando falamos de Estudos Feministas? Essa é a grande questão.

Pergunto aqui para que serve o nosso trabalho; desde logo, se a feminização do ensino superior resulta num maior empoderamento das mulheres. A insurgência depende do lugar. Primeiro, quisemos o acesso à Universidade. Depois, quisemos o reconhecimento pelo tipo de conhecimento que produzimos, e só a Universidade garante a legitimação e a autoridade desse conhecimento. E esta é uma tarefa que, como nós sabemos, não está concluída.

No entanto, tivemos a pouca sorte, ou o que eu considero a pouca sorte: o tempo histórico da nossa institucionalização coincidiu com o tempo histórico da transformação das Universidades em empresas. Isto é uma ideia que está no meu resumo para esta palestra, que Vanessa Ribeiro leu. Assim, se no início o combate tinha um alvo facilmente identificável — a hegemonia masculina dentro da Universidade —, com a mudança da natureza da Instituição outras perguntas se colocam. Nos Estudos Feministas e de Gênero há um trabalho de auto-interrogação a fazer. A Universidade é ainda imaginada com um bem em si, um lugar de liberdade, de criação, de conhecimento, de alguma forma desvinculado ou não contaminado pelo comércio, essa palavra feia, ou pelo capital, essa palavra que nós dizemos que combatemos.

No entanto, há cerca de três décadas que vivemos num outro modelo, o da Universidade-empresa, governada segundo uma lógica de empresa, que passa por clientes que pela contratação de serviços por agências financiadoras, e por metas de produção. Esta lógica conduz a uma cultura de permanente avaliação da performance, que se mede em números, como já mencionei. A publicação de artigos tornou-se uma indústria com efeitos perversos para a qualidade do conhecimento que se produz, desde logo pelo preço exorbitante dos livros e do acesso às plataformas que detém os direitos sobre os artigos.

Investigadores e investigadoras nos diversos estágios da sua carreira, desde a sua fase da pós-graduação, são sujeitos a permanente escrutínio, não do que dizem ou do que fazem, mas do quanto dizem ou quanto fazem. Isto cria uma grande ansiedade em quem está na academia, e eu quero sublinhar a ansiedade porque vou voltar a ela. Por um lado, a produtividade é essencial para a captação de financiamento, para a obtenção de empregos e para os concursos de progressão na carreira.

Pergunta: quando a sobrevivência material das pessoas está em causa, é possível ser insurgente? É razoável exigir das pessoas mais jovens resistência? Essa palavra que usamos em áreas de estudo politicamente comprometidas, como a nossa? Por que continuamos a insistir então nestas palavras, se, em rigor, não pudemos praticar a insurgência, e, em particular, não a podemos exigir às pessoas mais jovens. Até que ponto, e quais são



as reais possibilidades de resistência que temos, e quem as tem, porque não estamos todas no mesmo lugar, individualmente as nossas possibilidades são diferentes.

Gostaria de falar um bocadinho dos efeitos perversos dos nossos constrangimentos. Desde logo a multiplicação dos artigos frequentemente repetitivos — e por favor não digam que não — paradoxalmente acompanhada por uma obsessão pelo novo, a *buzzword* que encontramos em projetos, artigos e relatórios académicos. Que novo é esse? Por vezes, traduz-se na criação de “novos” — com muitas aspas — conceitos que, de facto, nada acrescentam ao conhecimento anteriormente produzido. Quantos artigos é que várias de nós já abandonaram depois de ler duas ou três páginas? E essas pessoas que os escreveram trabalharam com honestidade, não é?

Um outro sintoma desta ansiedade da academia é visível na retórica usada na escrita de artigos. Uma vez que o conhecimento tem de ser validado, e muito bem, recorre-se a citações da literatura anterior na área, e muito bem. Acontece que frequentemente, somos confrontadas com uma única frase de duas linhas, ou por vezes só de uma linha, e logo entre parênteses temos dois, três, quatro, seis referências. Isto torna o texto ilegível. Para além do seu impacto estético, que prejudica a leitura, tem o efeito de deixar pouco espaço para o pensamento original da autora ou do autor.

O número de referência diz-nos apenas que a autora, ou o autor, leu aquilo e mais nada. Leu muito? Será que leu? Se uma leitura atenta, genuinamente interessada no assunto, vai verificar as referências, isto é, ler, genuinamente ler os artigos referenciados, frequentemente verifica que não, não era nada daquilo que era discutido no projeto, não era aquela a posição.

Ora, num primeiro momento, esta não confirmação das ideias trazidas e citadas, quando se lê o texto original, é compreensível. Afinal, a linguagem é polissêmica, e todas as categorias analíticas estão elas próprias abertas a processos de significação, o que quer dizer que deviam ser ponderadas, discutidas, e, possivelmente, ressignificadas. Mas, para isso, seria necessário tempo, o que a investigadora que escreve o artigo não tem, prisioneira que está da ansiedade de dar provas de sua produtividade, da qual depende a sua sobrevivência material. Quero deixar aqui muito claro que não estou a criticar as pessoas. Estou a criticar o sistema que produz nas pessoas este tipo de comportamentos e que os reproduz.

Outra das palavras que se tornou sagrada no regime dominante é “metodologia”. Os concursos a financiamentos, a elaboração de projetos, exigem todos que se preencha este item. Porquê? Porque é aquilo que garante a “cientificidade”, porque isto também é uma obsessão com a “cientificidade” do que se escreve, que é de onde vem a autoridade.

Ora, há que lembrar que este é um modelo de conhecimento-ciência que vem das ciências sociais, que o foram importar das ciências exatas. Na verdade, é um modelo imposto a partir das ciências exatas, e não há razão nenhuma para nós nos submetermos, ou para, pelo menos alguns projetos, se submeterem a esse modelo. Outros deverão, depende. Há que acolher a variedade.

Ora, eu sou das Humanidades, tenho formação em literatura, e no lugar de onde venho, a metodologia é ler, pensar, escrever. A minha pergunta, uma vez que eu venho das Humanidades, aquela “coisa” que supostamente não tem metodologia: ler, pensar, escrever, não devia ser também de esperar de todas as outras disciplinas? De todas as áreas científicas? Não é essa a base do conhecimento científico? Não é umas pessoas para fazerem uns projetos “engraçados” e as Humanidades todas a pensar em paralelo, porque são as Humanidades que exigem pensamento. Supostamente.

Agora, a pergunta dolorosa, e dolorosa para nós. Uma vez parte da instituição, da qual precisamos para ter a nossa voz, e validade enquanto produtoras do conhecimento, podem os Estudos Feministas e de Gênero viver à margem dessa lógica, desobedecer-lhe? Estamos perante um dilema. Ou seguimos as regras e produzimos tal qual as outras áreas, conhecimento pouco original e pouco relevante, mas reconhecido nos números; ou não a seguimos, e, na competição, perdemos o nosso lugar à mesa, que é um lugar recente e ainda frágil, e que não



podemos dar por adquirido. Não há progressos irreversíveis, não há conquistas definitivas. Basta lembrar [a situação política] nos anos recentes no Brasil.

Quero referir apenas mais um aspecto do efeito perverso da institucionalização, ou melhor, da institucionalização ter acontecido no momento em que aconteceu. Quem nos lê; já não é quem escreve ou o que escreve, mas quem nos lê. Quem queremos nós que nos leia? E uma pergunta relacionada: a quem serve os Estudos Feministas e de Gênero? Portanto já não é para que servem, mas a *quem* servem.

A ansiedade coletiva e a ansiedade individual — e é bom que se diga que ansiedade é a palavra que mais repito nesta conversa —, de quem trabalha na instituição, tem ou pode ter uma outra consequência, a de guetização, quer dizer: a academia a escrever para a academia, numa linguagem opaca e autorreferencial.

Textos que pedem outros textos, que remetem para outros textos, produzem um falso efeito de multiplicidade, mas que está de facto a falar em circuito fechado. Temos o regresso à Universidade enquanto “Torre de marfim”, desvinculada do social. Mesmo nesta área, e mesmo nestas áreas em que se diz e que se quer socialmente relevante, não só os Estudos Feministas, mas os Estudos Feministas e as outras áreas que se dizem socialmente relevantes. Estudos pós-coloniais, por exemplo, e coisas afins. Vivemos no mesmo paradoxo.

Nem tudo são constrangimentos ou efeitos perversos. Podemos argumentar que há duas vertentes na academia, que faz, que fazem ou que nos fazem sair do circuito fechado: a vertente pedagógica e as atividades de extensão dirigidas a um público não acadêmico, ou a uma formação informal, se quiser.

No entanto, como a maior produção é no sentido da publicação, a única atividade que é mensurável e reconhecida enquanto produtividade. Quantas vezes não fica a atividade pedagógica para outro lugar nas nossas prioridades.

Dentro do trabalho pedagógico, eu arriscaria a dizer que serão nas aulas do nível de graduação que têm mais impacto e que mais contribuem para a mudança social. Mais do que as aulas de graduação, mestrado e doutoramento, e porquê? Quem vai frequentar uma pós-graduação em Estudos Feministas, está “convertida”. Pertence ao grupo das pessoas convertidas, não precisa ser convertida, enquanto alunos e alunas que entram nas salas de graduação muitas vezes não sabem muito bem o que veem, e não têm noção. Eu posso e tenho convertido alguns, e aí me sinto poderosa, mas é raro.

Quero só contar uma *petite historie* (? 34:50) para exemplificar isto. Não tem muitos anos que um aluno brasileiro me disse, muito convicto, e até se zangou comigo, que no Brasil não havia um problema de violência doméstica. “Isso no Brasil não há!”, e ficou zangado comigo. Era bom rapaz, devo dizer. Era inteligente, mas tinha esta falta de consciência. Portanto, eu creio que é a nível de graduação que este trabalho pedagógico é mais importante. Com as outras pessoas, na pós-graduação e já inseridas na investigação, não há esse combate.

Pensando ainda na relevância social do nosso trabalho, e no seu impacto junto das comunidades em que estamos inseridas, uma palavra sobre aquilo que, aqui em Portugal, se chama “atividades de extensão”. A participação em conversas, debates, com discussões relevantes com públicos não acadêmicos, podem ser com associações, podem ser promovidos por bibliotecas, a variedade e as possibilidades são imensas.

A participação nesse tipo de atividade pode ser muito satisfatória. Das coisas que eu mais gosto de fazer, devo dizer. Estou em crer que têm impacto justamente junto das pessoas cuja educação formal é menor, pessoas que não tiveram outras oportunidades de refletir sobre outras questões, que fazem parte do nosso quotidiano. No artigo que partilhei com as organizadoras deste evento, conto uma história dessas, da minha participação numa atividade dessas, e não vou repeti-la, obviamente.

O problema é que este, tal como o trabalho pedagógico, é um trabalho nada valorizado na avaliação académica. Não é reconhecido como divulgação de conhecimento, não se reconhece que é preciso conhecimento para fazer, é tido como conversa; sendo assim, não surpreende que seja o tipo de trabalho frequentemente descurado, porque “não conta”, e nós precisamos do que “conta”.



Tendo falado do contexto e dos constrangimentos em que estamos situadas, vou focar-me agora nas possibilidades de resistência, nomeadamente a prática da sororidade. Não é fácil, nem sequer simples de definir. “Eu vos digo, manas, com quem tanto em surdo me tenho desavindo — tomais estas coisas demasiado a sério cada uma como cada qual[...] Não preguemos, pois, manas, a realização das mulheres e a sua libertação[...]”. Este é um excerto da carta sete de *Novas Cartas Portuguesas*, obra certamente conhecida pela maioria de vós, e publicada em 1972, dois anos antes da Revolução que derrubou o Estado Novo em Portugal, por Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta.

O caso das Três Marias criou uma grande onda de solidariedade internacional e é até por vezes apresentado como o maior evento feminista do século vinte em Portugal, mas isto é uma outra história, e não vou falar disso. Neste livro notável, as vozes de Anas, e Marias, e Marianas, desdobram-se, multiplicam-se, por vezes confluem e confundem.

Nas manas, encontramos sororidade, mas uma sororidade polifônica, e não uma voz única. Tenho sido frequentemente confrontada em aulas, em conversas, mas também em debates académicos com a acusação, e eu sublinho *acusação*: “as mulheres não são unidas”, ou ainda a versão: “as feministas não são unidas”, ou “as feministas deviam unir-se” Mas unir porquê?, pergunto eu. Respondo sempre, ou quase sempre com uma pergunta: mas porquê? O que provoca algum desconforto, e se eu estiver em contexto feminista, provoca muitas vezes hostilidade.

De facto, os confrontos, por vezes numa linguagem violenta, são bastante frequentes nos feminismos, na academia e nos movimentos e apontados como uma fragilidade, tanto por quem está da parte de fora, como da nossa parte, entre nós. Ora, não há um feminismo, mas feminismos. Plural. Não estou a inventar nada. E o meu lugar, ou aquele em que me inscrevo, se é que me inscrevo — porque também é isso, não sou obrigada a inscrever-me —, não é necessariamente melhor do que outro feminismo.

E se esta posição de aparente fragilidade fosse, pelo contrário, uma força? Não cacofonia, mas polifonia, desde logo porque polifonia traduz a imensa variedade do humano.

Nós devemos aceitar as mulheres e outros sexos como plenamente humanos, na sua complexidade. “[...]manas, com quem tanto em surdo me tenho desavindo”, diz a voz das *Novas Cartas Portuguesas*. De facto, as desavenças — adoro esta palavra, que é uma palavra que saiu do discurso português do quotidiano — estão inscritas na gênese dos movimentos feministas desde a chamada primeira onda ou primeira vaga, que combatia, em primeiro lugar, e simplificando, pelo sufrágio. Vamos pontuar que eu uso o exemplo do Reino Unido; mas uma vez que trabalho literaturas e culturas inglesas, é o lugar de onde venho, eu vou usá-lo. Há pouco mais de cem anos, no Reino Unido, o movimento sufragista dividia-se em “sufragistas” e “sufragetes”. As sufragistas do National Union of Women’s Suffrage Societies, formada em 1857 por Millicent Fawcett; e as sufragetes, da Women’s Social and Political Union, fundada em 1903 por Emmeline Pankhurst. Estas são as duas grandes mães dos movimentos feministas ingleses.

Havia, já então, muitas outras associações que não vêm aqui ao caso, para efeitos do que tenho vindo a tratar, a saber a pluralidade dos feminismos, importa esta fractura: as sufragistas e as sufragettes, que levou muitas vezes a combates ferozes.

Umam advogavam a via legal para a obtenção do sufrágio, através de petições, alianças com homens poderosos com quem eram amigas ou casadas, ou pais ou irmãos, e o uso do *lobbying*; enquanto as sufragettes optavam pela ação directa, a partir montras, enviavam cartas-bomba, incendiavam propriedades. Nunca feriam ninguém e faziam questão de dizer isso. Nunca provocaram vítimas humanas, mas eram desregradas, não tinham um comportamento “de senhoras”, não é?

Millicent Fawcett e suas seguidoras cuidaram de fazer pública a distinção entre uma e outra — entre sufragistas e sufragetes —, e de demonstrar o seu estatuto socialmente respeitável, que defendiam ser crucial para o



sucesso da causa, enquanto as táticas das sufragetes seriam contraproducentes, afastando o público geral da causa.

Agora, desengane-se aqui quem pensar que estas são guerras antigas e que pertencem à história, entendendo-se a história como um passado que está encerrado. Obviamente que a história não é isso, mas é um entendimento muito comum da história; o passado persegue-nos. Quando menos esperamos, lá está.

Também na história dos feminismos nós assistimos àquilo a que se chamam as guerras da memória. Desde logo, a história dos feminismos britânicos, ao longo de todo o século XX, foi escrita pelas herdeiras das sufragistas. E as sufragetes foram marginalizadas dessa história.

Não foram marginalizadas por homens, não pode ser o heteropatriarcado responsável por esta marginalização. São combates, são cisões, dentro dos próprios movimentos feministas e dentro da historiografia feminista. As sufragetes foram entretanto recuperadas, foram resgatadas para a história no fim do século XX, e já neste século. As histórias dos feminismos são várias. Mais interessante do que isto é uma recente “guerra das estátuas”.

Ora, toda a gente está agora muito consciente, depois dos dois últimos anos, da importância das estátuas, a quem comemoramos, onde comemoramos, que fim servem as estátuas no espaço público. Esta guerra das estátuas à qual me refiro é uma guerra muito mais discreta, mas foi igualmente feroz. E começa entre 2017 e 2018.

Em 2018, foi colocada uma estátua de Millicent Fawcett — portanto, da linha das sufragistas — na Praça do Parlamento, em Londres. Ora, as atuais herdeiras da feição de Emmeline Pankhurst, a outra — esta é uma história em versão simplificada — ficaram indignadas. Entendem que neste lugar nobre, na Praça do Parlamento, devia estar a estátua de Pankhurst, e não a de Fawcett. No entanto, existe uma estátua de Emmeline Pankhurst em Londres, desde 1930. A de Millicent Fawcett é de 2018, esta é de 1930. Só que não é num sítio tão nobre. É num lugar um bocado esconso, num jardim. Até perto do Westminster, mas é um jardim, não tem aquela nobreza da Praça.

Bom, nós sabemos da importância destas coisas; mas esta pequena história, esta briga, parece espúria. O que justifica este grau de paixão? Porque foi um debate muito apaixonado entre diversas pessoas ao longo de muitos meses. E a pergunta seguinte: A quem importa? Será que importa?

No contexto desta palestra, para mim importa simplesmente porque é um exemplo para mostrar que as desavenças fazem parte da nossa história e da nossa genealogia, e que são naturais, ou se quisermos, são práticas habituais. Gosto de olhar as desavenças como sinal de pluralidade e de dinâmica. Contra o pensamento único.

Vamos voltar à sororidade. Somos obrigadas à sororidade por sermos mulheres? Vamos deixar em suspenso a categoria “mulher”, que nos levaria a toda uma outra discussão. Vamos usar o essencialismo estratégico e vamos fazer de conta que esta categoria, em si, não é problemática. Vamos suspender a descrença. Quando me perguntam, ou alguém me pergunta, em qualquer contexto, porque é que as mulheres não são unidas, respondo sempre “e porque têm de ser?”. A tal pergunta que gera hostilidade. Seria o consenso mais adequado? Mesmo em termos estratégicos, pensemos mesmo em termos estratégicos.

Não é o consenso sempre conseguido pelo triunfo da voz mais forte contra a voz mais fraca? A pergunta dolorosa aqui, neste momento, é: a quem é que nós excluímos? Porque não se inscreve na “linha justa”? E qual é a linha justa? A linha justa é aquela que “eu” — impessoal — subscrevo. No nosso momento histórico são muitas as questões fracturantes entre as feministas, para além de questões relativas à classe social e à raça. A prostituição, por exemplo, o trabalho sexual, ou a pornografia: pode haver uma pornografia feminista? Ou questões relativas à transexualidade: as mulheres transsexuais são mulheres?

Em contexto puramente académico, há ainda uma grande fractura, que é também cumplicidade: a diferença entre as divergências entre Estudos Feministas e Estudos Queer. Nós procuramos trabalhar no sentido da cumplicidade, mas, na verdade, muitas vezes isto constitui uma fractura.



São estes debates em curso que são ferozes, uma fragilidade? Constituem um erro? Não me parece. O que me parece um erro é a defesa de verdades absolutas que conduzem a cavar trincheiras. À fé, a “o meu feminismo é melhor do que o teu”. Os absolutos criam exclusão, marginalização e ostracismo. É eticamente aceitável? Num campo que procura falar do plenamente humano, para todos, mulheres, homens e pessoas não binárias, e todas as categorias de outras pessoas, que outras pessoas venham a reivindicar e que venhamos a incluir em conversas futuras.

Voltemos à sororidade, que parece esquecida, mas não está, não me esqueci. Podemos redefinir o conceito de forma a torná-lo simultaneamente mais flexível e mais abrangente. Nós herdámos da Revolução Francesa a fraternidade, junto com a liberdade e a igualdade, princípios inseridos na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, assim mesmo, com o falso neutro masculino, mas estávamos em 1789 e não vamos cobrar do passado.

Dois anos depois, em 1791, Olympe de Gouges escreve os “Direitos da Mulher e da Cidadã”, por entender que na declaração anterior as mulheres teriam sido excluídas da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Fraternidade veio, de então para cá, a ser progressivamente mais usada como uma palavra não sexuada, significando um amor ou afeto em relação ao próximo, independentemente da sua identidade sexual.

Uma das narrativas de origem da sororidade tem o seu início em 1970, na publicação da antologia de textos feministas, *Sisterhood is Powerful*, editada por Robin Morgan. Há outras narrativas de origem, como em tudo. Quando os movimentos feministas de segunda vaga criam e usam sororidade como slogan, fazem-no com uma marca identitária forte, convocam a união entre as mulheres — assim mesmo, sem problematização —, e fazem-no sublinhando: 1, que a linguagem é sexuada, não há palavras neutras, e 2, que as mulheres, ou os corpos biologicamente “fêmea”, vivem numa situação de subalternidade social, numa hierarquia binária que dava poder ao masculino, uma subalternidade que era vivida nas suas circunstâncias materiais, que era estrutural e transversal a todas as sociedades.

Naturalmente que hoje, 50 e tal anos depois, temos a consciência da existência de outros factores, e que usamos, por conveniência, a categoria analítica da interseccionalidade, que não nos resolve todos os problemas, não resolve o problema da hierarquia de opressões, por exemplo, mas que resolve grande parte dos problemas no sentido da inclusão cada vez maior da variedade de mulheres e de pessoas.

O problema da sororidade é ter sido usada como algo que nos é socialmente imposto, e no sentido mais circunscrito do termo. E mais grave, a sua aplicação é rigorosamente vigiada. Se não estamos solidárias com todas as mulheres e todas as lutas das mulheres em todo o lado, somos objeto de censura.

Assim entendida, a sororidade é um instrumento de coação, é um instrumento de opressão e não um instrumento de emancipação. Como podemos pensar a sororidade como um instrumento emancipatório? Mais próximo da ideia da responsabilidade perante o humano e, quem sabe, até nem sequer necessariamente sexuada. Mais próximo do imperativo ético de, enquanto seres humanos, cuidar do humano na sua vulnerabilidade. Isto é, pensar a sororidade como um vínculo ético antes de ser um vínculo político, deslocando o conceito da política para a ética. Na verdade, seria colocar sororidade muito próxima da ética do cuidado, com as propostas da ética do cuidado.

A pergunta que agora se impõe, e a última pergunta importante, as outras são dependentes desta, é possível ou como praticar a sororidade em contexto académico?

Como vimos, vivemos na instituição, mas ainda num lugar frágil. Para mantermos esse lugar, para que a nossa voz seja ouvida, temos de obedecer às regras da Universidade. Todas as regras. O tempo todo. Podemos, e eu creio que podemos optar por meios mais coletivos da construção do conhecimento. Algo que a Márcia mencionou no início ao falar do vosso grupo de investigação, portanto formas coletivas de construção do conhecimento, incluindo nesse trabalho a partilha de emoções, a empatia e o cuidado. Incluindo neste trabalho conversas “inúteis”. Tempo para o riso e para o choro, partilhados.



“Emoções”, essa palavra interdita na academia. Porque é uma palavra sexuada. As emoções são atribuídas às mulheres, enquanto a razão aos homens pertence. Sabemos, ou eu suponho que sabemos, que a razão é também um conceito vazio. Que a razão é um instrumento retórico usado na divisão sexual do trabalho. Temos medo de usar “emoção” porque estamos a lutar por um lugar num espaço caracterizado pelo triunfo da razão.

E se não tivéssemos medo? Como diz a voz de Ana, ou de Maria, ou de Mariana, não lembro ao certo, no excerto de *Novas Cartas Portuguesas* que vos li há bocadinho, que é como quem diz há meia hora, “A liberdade hoje, Manas, é a persistência do riso de quem aguentá-lo pode sem esgarro.”

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.



Todo o conteúdo da *NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais* é licenciado sob [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.